



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projetos de Resolução n.º 131/XII (1.ª)
– (PCP); n.º 150/XII (1.ª) – (BE); e n.º
154/XII (1.ª) – (PSD)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º
n.º 1 do RAR, em
reunião da Comissão de
04/01/2012

Epígrafe. PJR n.º 131/XII/1.ª – Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha;
PJR n.º 150/XII/1.ª – Recomenda ao Governo o não encerramento da linha do Vouga;
PJR n.º 154/XII/1.ª – Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernize a linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade

1. Seis Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 131/XII (1.ª) – (PCP); oito Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 150/XII (1.ª) – (BE); e 8 Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 154/XII (1.ª) – (PSD); todos ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. O PJR n.º 131/XII (1.ª) deu entrada na Assembleia da República a 29 de novembro de 2011, tendo sido admitido a 30 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas; o PJR n.º 150/XII (1.ª) deu entrada na Assembleia da República a 16 de dezembro de 2011, tendo sido admitido a 19 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas; e o PJR n.º 154/XII (1.ª) deu entrada na Assembleia da República a 20 de dezembro, tendo sido admitido a 21 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.º 131/XII (1.ª) – (PCP), n.º 150/XII (1.ª) – (BE), e n.º 154/XII (1.ª) – (PSD) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 131/XII/1.ª, enaltecendo a importância da linha férrea para o desenvolvimento económico e social do país. Passou depois a referir as características próprias da linha do Vouga bem como o seu papel para o desenvolvimento regional. Lembrou que se trata de uma linha centenária que em 2009 servia cerca de 1400 passageiro/dia e na qual tinham sido feitos avultados investimentos. Criticou a decisão anunciada no Plano Estratégico de Transportes (PET) de encerrar esta linha e considerou que a desativação da linha é contrária aos interesses do distrito e à estratégia europeia de mobilidade sustentável. Concluiu defendendo a revogação da desativação do serviço de passageiros da linha e a requalificação da mesma e lembrando a falta de

Comissão de Economia e Obras Públicas

alternativa rodoviária a esta linha, que não permitiu que o Governo procedesse a essa desativação até final do ano transato.

Pronunciou-se ainda quanto ao Projeto de Resolução n.º 151/XII/1.^a, considerando que este abre a porta à requalificação da linha mas não ataca o PET, que é claro quanto ao encerramento da linha.

Pelo Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) foi apresentado o Projeto de Resolução n.º 150/XII/1.^a, considerando essencial conhecer as razões do Governo para o encerramento de uma linha que era a mais rentável, uma vez que apresentada o menor custo passageiro/Km. Lembrou a adequação da oferta da linha às necessidades das populações, que foi feita em 2009, e que resultou num aumento de 30% dos passageiros a utilizar a linha. Reiterou a necessidade de valorização da linha em todas as suas valências, nomeadamente também na de transportes de mercadorias, que foi desativada e deveria ser retomada. Fez também referência às muitas moções aprovadas pelas assembleias dos municípios que são servidos pela linha do Vouga. Concluiu a sua apresentação deixando um desafio aos partidos que sustentam o Governo no sentido de demonstrarem que o país não é governado pela Troika, pois, apesar de estar previsto no memorando o seu encerramento, há uma mais valia para o país e a região em manter esta linha, pelo que esta deveria ser uma matéria a abordar numa futura renegociação com a Troika.

Fez depois uma apreciação dos outros dois Projetos de Resolução. Em relação ao PJR n.º 131/XII/1.^a, considerou nada haver a comentar uma vez que as iniciativas do PCP e do BE têm ideias semelhantes. Considerou o PJR n.º 154/XII/1.^a mais tímido, uma vez que a ideia de um estudo sobre a sustentabilidade não fecha a porta ao encerramento e abre a porta à exploração por privados. Recordou, a este propósito, que exemplos anteriores de exploração por privados demonstraram que o público teve de tornar a pegar nas explorações, pagando por isso um alto custo.

Foi então apresentado o Projeto de Resolução n.º 154/XII/1.^a pelo Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD). Reconheceu que Portugal se comprometeu a rever a dimensão da linha férrea no memorando da Troika, mas o tempo reduzido que o Governo teve para apresentar o PET não permitiu aprofundar algumas das propostas, nomeadamente discutindo-as com as autarquias envolvidas. Considerou que é isso que o seu grupo parlamentar pretende que se faça agora, devendo também analisar-

Comissão de Economia e Obras Públicas

se o impacto que a alteração de horários realizada em Setembro de 2010 teve. Deu também conta das fragilidades da linha, nomeadamente o facto de não estar ligada à linha do Norte e o material circulante ser já antigo, devendo ser estudada a sua requalificação. Lembrou também que o Governo garantia uma solução alternativa no PET, de mobilidade rodoviária. Abordou depois as duas realidades desta linha, a ligação Águeda/Espinho e a ligação Águeda/Aveiro, que devem ser também analisadas. Concluiu que o Governo já demonstrou disponibilidade para encontrar viabilidade para esta linha, havendo parceiros para tal e que acredita que é possível haver uma solução de futuro para esta linha.

Finalmente, considerou que os PJR apresentados pelo PCP e pelo BE têm uma lógica própria e distinta daquele apresentado pelo PSD.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) questionou se enquanto o estudo proposto pelo PJR do PSD é realizado o Governo não deveria sustentar o encerramento da linha.

Pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) foi expressa a preocupação que o seu partido tem com o papel que o transporte ferroviário deve ter em Portugal, tendo afirmado que, em função do que se entender que deve ser esse papel, assim serão feitas as avaliações do que deve ser encerrado ou melhorado. Criticou o facto de se tomar decisões apenas com base em questões de carácter financeiro e contabilístico, não tendo em conta a ligação com as autarquias afetadas nem preocupação com a coesão social e territorial. Manifestou também preocupação com a afirmação de que o PET foi elaborado em pouco tempo, o que o torna não confiável, uma vez que tudo o que nele consta é passível de ser revisto, pois não foi devidamente aprofundado, o que tira alguma credibilidade às decisões que foram tomadas. Recordou ainda que o Governo anterior teve 15 dias para negociar o memorando de entendimento com a Troika e que a avaliação dos cortes na linha férrea tinha sido feita pelo serviços do Ministério das Finanças, pelo que era uma avaliação meramente contabilística, com critérios financeiros. Referiu ainda que o anterior Governo tinha orientações estratégicas para o setor ferroviário com o objetivo de servir as populações de forma sustentável, que se basearam em conversações e negociações com as autarquias, que deram também origem a um plano de investimentos nesta área e aos ajustamentos nos serviços de transportes, bem como ao compromisso entre a REFER e as autarquias de encontrar soluções com sustentabilidade. Para além disso, afirmou,



Comissão de Economia e Obras Públicas

este é um setor onde as mais-valias económicas, sociais e ambientais têm de ser tidas em conta, a par das financeiras. Finalmente, informou que o seu grupo parlamentar apoia os três projetos de resolução, porque em todos há um registo de manutenção e salvaguarda do serviço. Acrescentou ainda que esta posição é coerente com as posições dos dois últimos Governos e que, a própria, enquanto Secretária de Estado dos Transportes, determinou à REFER investimentos de reabilitação da linha e à CP a continuação e melhoria do serviço, tendo ainda promovido acordos com as autarquias.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) deu conta de que, nesta matéria, o seu partido entende fundamental repensar tudo e envolver também os privados. Em sua opinião, a discussão desta matéria tem de ser feita com uma visão estratégica nacional. Referiu o cenário difícil e o contexto de emergência e de contenção de custos, bem como o facto de o PET ter sido elaborado nesse cenário, tendo de corresponder à situação imediata, razão pela qual tem por horizonte a legislatura. Referindo-se à linha do Vouga, referiu a vontade que há por parte dos representantes das populações locais em acarinhar esta linha bem como o facto de esta linha ter um interesse turístico de relevo. Em sua opinião, para além do interesse no desenvolvimento económico e social da zona, não pode descartar-se o interesse turístico que existe, havendo investidores privados interessados, e considerou que tal não pode ser ignorado e devem ponderar-se todas as soluções.

Pelo Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) foi referido que o seu partido não encontra razão para o encerramento de 800 Km de linha férrea, tal como previsto no PET. Realçou também a disposição de todos os grupos parlamentares para a resolução deste problema, para salvar uma linha que é importante para o distrito e o País. Questionou também o que ganha o país com a exploração da linha pelos privados. Se há lucros e dividendos para tirar desta linha, por que razão há de ser entregue ao setor privado? Defendeu que, tendo feito o investimento na linha, deve ser o Estado a explorá-la para tirar os lucros, sendo fundamental manter o carácter público da exploração.

A Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD) referiu as características do troço Águeda/Aveiro, que são diferentes da restante linha, porque não tem alternativa rodoviária. Realçou também a utilização que é feita da linha por trabalhadores e estudantes e a importância que o reajuste do horário teve na sua dinamização. Concluiu, afirmando que acredita que o Governo está aberto a repensar a



Comissão de Economia e Obras Públicas

sustentabilidade e utilidade desta linha, pois a mesma não é inviável, insustentável ou desnecessária.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para esclarecer que os interesses privados que tinha referido na sua intervenção anterior são portugueses e do próprio distrito de Aveiro. Afirmou ainda que o seu grupo parlamentar estava ainda a ponderar se iria subscrever o PJR do PSD ou se iria apresentar o seu próprio projeto de resolução sobre a matéria.

Pelo Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) foi afirmado que criticar o PET é fácil, mas os anteriores Governo tiveram muito tempo para apresentar um documento e não o fizeram. Defendeu que é sempre possível aprofundar os assuntos, discutindo-os com as pessoas e ponderando outras alternativas. Concluiu, afirmando que o seu partido acredita numa solução sustentável para este processo.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), para esclarecer que quando se fala no turismo nesta linha se refere a parte sul da linha, a que teve o aumento de passageiros em 30%, mas mais sentido faria que se falasse na parte norte da linha (Águeda/Viseu), que tem um património turístico interessantíssimo. Concordou com a Deputada Paula Cardoso quanto à questão de não existir alternativa rodoviária, em especial na parte sul da linha, apesar de se tratar de uma linha que passa em centros populacionais importantes. Em sua opinião, o PSD deveria ter mais ambição do que exigir apenas a realização de um estudo, pois o que as populações exigem é que entretanto a linha não seja encerrada.

Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) para esclarecer que os interesses privados de que tinha conhecimento tinham a ver não com operadores de transportes mas sim com empregadores daquela área, de empresários que estavam disponíveis para participar numa solução, em colaboração com a CP.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) interveio ainda para aclarar que quando tinha referido a perspetiva turística pretendia acrescentar esse argumento aos já aduzidos pelos outros grupos parlamentares em favor da linha do Vouga, pois em seu entender é um erro não se pensar na linha como um todo, de forma sistémica, global. Em sua opinião, o PJR do PSD deve ter a perspetiva de o Estado ser parceiro dos privados e das autarquias para encontrar uma solução para esta linha, que tem potencial económico.



Comissão de Economia e Obras Públicas

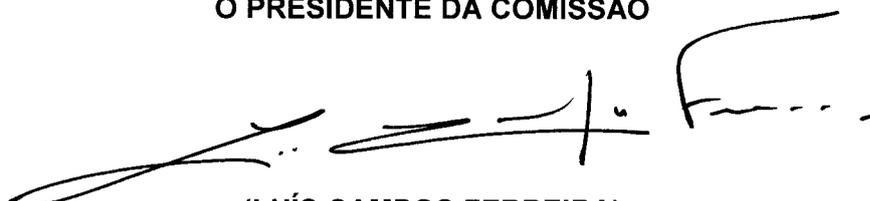
De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) arguiu que o CDS-PP apenas tinha referido que havia interesses privados na linha do Vouga e que as declarações da Deputada Ana Paula Vitorino traziam à discussão dados novos, mas, mesmo assim, via com alguma dificuldade que um privado entre na exploração da linha com intuítos beneméritos. Concluiu que, depois de a CP e a REFER terem feito os investimentos, podem os privados vir a ficar com os lucros de exploração e os preços podem aumentar de tal forma que pode ser prejudicial para os passageiros.

4. Os Projetos de Resolução n.º 131/XII (1.ª) – (PCP), n.º 150/XII (1.ª) – (BE), e n.º 154/XII (1.ª) – (PSD) foram objeto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, em reunião de 4 de janeiro de 2012.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 11 de janeiro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(LUÍS CAMPOS FERREIRA)